

Continuação


**COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS**

 RUA SETE DE SETEMBRO 1069 5º ANDAR  
 PORTO ALEGRE - RS  
 CNPJ Nº 72.300.122/0001-04 NIRE: 43.300.033.104

 GOVERNO DO ESTADO  
 RIO GRANDE DO SUL

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Findos em 31/12/2017 e 31/12/2016 Em Reais**

EVENTOS	NOTA EXPLICATIVA	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE LUCROS			LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	TOTAL
			RESERVA LEGAL	RESERVA ESTUTÁRIA	DIVIDENDO ADICIONAL PROPOSTO		
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015</b>		<b>81.186.711,84</b>	<b>8.442.776,61</b>		<b>44.792.277,94</b>	<b>0,00</b>	<b>134.421.766,39</b>
Dividendos adicionais aprovados					(44.792.277,94)		(44.792.277,94)
Lucro Líquido do exercício						130.778.916,49	130.778.916,49
Destinações do lucro líquido do exercício:							
Constituição da Reserva Legal			6.538.945,83			(6.538.945,83)	-
Dividendos Obrigatórios					(29.379.439,76)		(29.379.439,76)
Dividendo Adicional sujeito a aprovação					88.138.319,28	(88.138.319,28)	-
Juros sobre o Capital Próprio						(6.722.211,62)	(6.722.211,62)
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016</b>		<b>81.186.711,84</b>	<b>14.981.722,44</b>		<b>88.138.319,28</b>	<b>0,00</b>	<b>184.306.753,56</b>
Dividendos adicionais aprovados					(88.138.319,28)		(88.138.319,28)
Reserva estatutária	Nota 12			29.861.518,62			29.861.518,62
Lucro líquido do exercício						72.817.989,40	72.817.989,40
Destinações do lucro líquido do exercício:							
Reserva legal	Nota 12		1.255.619,93			(1.255.619,93)	-
Dividendos Obrigatórios	Nota 13					(16.177.592,14)	(16.177.592,14)
Dividendo Adicional sujeito a aprovação	Nota 13				48.532.776,40	(48.532.776,40)	-
Juros sobre o Capital Próprio	Nota 13					(6.852.000,93)	(6.852.000,93)
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017</b>		<b>81.186.711,84</b>	<b>16.237.342,37</b>	<b>29.861.518,62</b>	<b>48.532.776,40</b>	<b>0,00</b>	<b>175.818.349,23</b>

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**
**1) Contexto Operacional**

A Companhia é uma sociedade de economia mista (sociedade anônima de capital fechado), autorizada pela Lei Estadual n.º 9.128 de 07/08/1990, alterada pela Lei n.º 9.705 de 24/07/1992, tendo concessão para exploração do gás natural no Estado do Rio Grande do Sul por prazo de 50 (cinquenta) anos conforme Contrato de Concessão firmado em 19/04/1994. A Companhia tem por objetivo executar serviços relativos à pesquisa tecnológica, produção, aquisição, armazenamento, distribuição e comercialização de gás natural e seus subprodutos e derivados, de acordo com a evolução tecnológica, o desenvolvimento econômico e as necessidades sociais. Poderá, subsidiariamente, efetuar a aquisição, montagem e eventual fabricação de equipamentos e componentes, otimizando o uso do gás natural e seus subprodutos e derivados, bem como executar os serviços. Atende consumidores dos setores industrial, cogeração, veicular, comercial, residencial e termoeletrônico.

**2) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis**

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), além das normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

**a. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação**

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

**b. Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com os CPC's exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos, referentes às políticas contábeis adotadas, apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis e estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 6 - Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa
- Nota 8 - Intangíveis
- Nota 16 - Provisões para contingências

**c. Demonstração do resultado abrangente**

Na demonstração do resultado abrangente não há valores a serem expostos sobre esse conceito, ou seja, o resultado do exercício é igual ao abrangente total.

**3) Resumo das principais políticas contábeis**
**a. Resultado das operações**

O resultado é apurado pelo regime de competência, sendo observado o princípio da realização da receita e de confrontação das despesas.

**• Venda de gás**

A receita de venda de gás é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de venda de gás é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que provável que os benefícios econômicos financeiros fruirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

**• Receitas e custos de construção**

A orientação OCP 05 - Contratos de Concessão - determina que as empresas concessionárias de serviços de distribuição são, mesmo que indiretamente, responsáveis pela construção das redes. Por isso é obrigatório o registro das receitas e custos de construção.

A Sulgás não tem a construção de gasodutos como atividade fim nem auferir receitas com essa operação. Para viabilizar a distribuição de gás natural, a Companhia realiza licitações públicas para contratação de terceiros, nas quais são contratados os proponentes que apresentarem a melhor proposta para a realização das obras. Desse modo, a construção da Rede de Distribuição de Gás Natural apresenta-se integralmente como um custo de alocação de ativos para o cumprimento do contrato de concessão para a Sulgás.

Assim, em virtude do descrito acima, a Companhia registrou receita de construção, tendo como contrapartida custos de construção no mesmo valor.

**b. Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem rendimentos sobre aplicações financeiras e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

**c. Moeda estrangeira**

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizada pela Companhia, pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio vigente naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o valor da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o valor em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na conversão são reconhecidas no resultado.

**d. Caixa e Equivalentes de Caixa**

Estão representadas por depósitos em conta corrente e as aplicações financeiras estão registradas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não supera o valor de mercado.

**e. Redução ao valor recuperável (impairment)**

A administração da Companhia monitora e avalia eventos e/ou indicativos que possam levar à não recuperação do valor contábil dos ativos imobilizados. Caso seja identificado algum indicativo de perda do valor, um teste de redução ao valor recuperável será aplicado.

**f. Instrumentos Financeiros Não Derivativos**

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**Caixa e equivalentes de caixa**

Abraçam os saldos de caixa e investimentos financeiros com liquidez imediata junto à instituição emitente, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

**Empréstimos e recebíveis**

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, ativos financeiros de concessão e outros créditos, incluindo os recebíveis oriundos de acordos de concessão de serviços.

**Contas a receber de clientes**

As contas a receber de clientes estão registradas pelo valor faturado incluindo os respectivos impostos. As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa é constituída quando identificados consumidores inadimplentes ou com pedido de recuperação judicial ou falência. A Companhia impetra ações administrativas e judiciais contra os consumidores nessa situação, sendo o fornecimento de gás interrompido se necessário.

**Passivos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, obrigações especiais e outras contas a pagar.

**Capital Social**

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO Em Reais**

	31/12/2017	31/12/2016
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro líquido do exercício	72.817.989,40	130.778.916,49
Ajustes para reconciliar o lucro líquido:	23.551.868,75	21.472.977,92
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	185.543,69	2.204.133,65
Amortização	23.366.325,06	19.268.844,27
<b>Lucro líquido do exercício ajustado</b>	<b>96.369.858,15</b>	<b>152.251.894,41</b>
<b>Ativos operacionais - (aumento) redução e passivos operacionais - (redução) aumento</b>	<b>(52.784.180,09)</b>	<b>(5.910.747,25)</b>
Aumento de contas a receber de clientes e outras	(5.445.490,12)	(4.661.993,27)
Aumento de estoques	(640.104,79)	(335.895,98)
Aumento de outros ativos	(11.198.325,95)	(8.146.040,70)
Aumento (redução) de fornecedores	17.574.646,48	(35.314.266,61)
Aumento outros passivos	13.148.058,73	70.862.123,81
Imposto de renda e contribuição social pagos	(62.214.007,56)	(24.359.527,71)
Juros pagos	(6.455.731,78)	(4.603.608,99)
Juros recebidos	2.446.774,90	648.462,19
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais</b>	<b>43.585.678,06</b>	<b>146.341.147,15</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Aquisição de Intangível	(18.765.327,11)	(23.581.208,72)
Baixa de intangível	1.210.864,40	148.604,05
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento</b>	<b>(17.554.462,71)</b>	<b>(23.432.604,67)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Dividendos pagos	(117.517.759,04)	(29.861.518,63)
Juros sobre o Capital Próprio	(6.852.000,93)	(6.722.211,62)
Recebimento/Amortizações de Empréstimo	10.728.754,36	16.198.568,37
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento</b>	<b>(113.641.005,61)</b>	<b>(20.385.161,88)</b>
<b>(Redução) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(87.609.790,26)</b>	<b>102.523.380,60</b>
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	163.843.279,78	61.319.899,18
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	76.233.489,52	163.843.279,78

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**g. Instrumentos Financeiros Derivativos**

A Companhia não operou com instrumentos derivativos nos exercícios findos de 2017 e 2016.

**h. Intangível**

A Sulgás possui Contrato de Concessão com o Estado do Rio Grande do Sul com prazo de 50 anos a contar de 19/04/1994. O contrato prevê que todos os bens da Companhia (Concessionária) serão revertidos ao poder concedente ao término do contrato, sendo que o Concedente indenizará a Companhia sobre os investimentos realizados nos 10 anos anteriores ao término da concessão (atualizados monetariamente).

**i. Estoques**

Os estoques são avaliados pelo seu custo médio de aquisição, deduzido dos impostos recuperáveis e de perda estimada para ajustá-lo ao valor realizável líquido, quando este for menor que seu custo de aquisição.

Periodicamente a Companhia avalia seus itens de estoque quanto à sua obsolescência ou possível redução de valor. A quantia de qualquer redução dos estoques para o valor realizável líquido e todas as perdas de estoques, são reconhecidas como despesa do período em que a redução ou a perda ocorrerem.

A partir de 31/12/2017, a Companhia passou a registrar Estoque de Gás Natural, conforme nota 7.

**j. Benefícios a Empregados**

A empresa apresenta uma série de benefícios aos empregados, bem como plano de contribuição definida conforme explicado na nota 11.

**l. Investimentos**

Os investimentos não relevantes são avaliados ao custo de aquisição deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

**m. Imposto de Renda e Contribuição Social**

Foram provisionados com base na legislação atual, sendo o Imposto de Renda com base nas alíquotas de 15% mais 10% sobre adicional e a Contribuição Social com base de 9% sobre o lucro real, conforme demonstramos na nota 15.

**n. Estimativas Contábeis**

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores direta ou indiretamente observáveis, baseados no entendimento da administração sobre a mensuração do valor adequado em ser registrado nas demonstrações contábeis. As perdas estimadas para créditos com devedores duvidosos, bem como provisões para imposto de renda/contribuição social e contingências são constituídas por valores considerados suficientes pela Administração. A liquidação/ocorrência das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas trimestralmente.

**o. Demonstração do Valor Adicionado**

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis, aplicável às companhias abertas. Para as companhias de capital fechado, como é o caso da Sulgás, representam informação financeira adicional.

**4) Novas normas e interpretações ainda não adotadas**

Algumas normas ou alterações de normas e interpretações, aplicáveis às operações da Companhia, serão efetivadas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis e não adotou estas normas antecipadamente.

**a) IFRS 9 - Instrumentos Financeiros**

A IFRS 9 substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 foi aprovada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis em 04 de novembro de 2016 através do Pronunciamento CPC 47 - Instrumentos Financeiros, sendo efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida para demonstrações contábeis de acordo com as IFRS's. A avaliação preliminar da Administração da Companhia não indicou impactos materiais na aplicação dessa norma.

**b) IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes**

A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) - Receitas, CPC 17 (IAS 11) - Contratos de Construção, e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) - Programas de Fidelidade com o Cliente. A IFRS 15 foi aprovada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis em 04 de novembro de 2016 através do Pronunciamento CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, sendo efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida para demonstrações contábeis de acordo com as IFRS's. A avaliação preliminar da Administração da Companhia não indicou impactos materiais na aplicação dessa norma.

**5) Caixas e Equivalentes de Caixas**

	31/12/2017	31/12/2016
Caixa	31.045,04	3.953,50
Banco Conta Movimento	284.303,26	501.135,06
Aplicações Financeiras	75.918.141,22	163.338.191,22
<b>TOTAL</b>	<b>76.233.489,52</b>	<b>163.843.279,78</b>

As aplicações financeiras foram realizadas no mercado de renda fixa (CDI) com taxa anual de aproximadamente 9,98%.

**6) Contas a Receber de Clientes e PDD**
**a) Contas a Receber de Clientes**

	31/12/2017	31/12/2016
PETROBRAS - Petróleo Brasileiro S.A.	9.523.861,60	11.090.204,86
BRASKEM S.A.	9.257.423,86	4.803.197,68
CMPC - Celulose Riograndense LTDA.	6.474.520,82	7.567.018,92
RAIZEN Combustíveis S.A.	4.278.743,41	88.360,16
IPIRANGA Produtos de Petróleo S.A.	1.687.451,55	1.733.100,76
GERDAU Aços Especiais S.A.	1.352.097,83	1.438.067,12
ULBRA - Universidade Luterana do Brasil	1.319.694,02	850.606,09
PETROBRAS Distribuidora S.A.	1.229.600,39	1.166.342,25
SOLAE do Brasil Indústria e Comércio de Alimentos LTDA.	1.029.126,26	1.296.563,06
TP Industrial de Pneus do Brasil LTDA.	1.018.838,77	2.899.976,44

Continua